



GT 3 - Antropologia e Interseccionalidades

A JUÍZA, O DEPUTADO E O PASTOR - O DISCURSO DE ÓDIO AOS DIREITOS HUMANOS E A MARIELLE FRANCO

Amadeu Cardoso do Nascimento¹, Pedro Rosas Magrini²

¹Unilab, Redenção, Ceará. E-mail: amadeumatosft@hotmail.com; ²ICS, Redenção, Ceará. E-mail: pedromagrini@unilab.edu.br

Resumo: Este trabalho se ampara em dados de pesquisa antropológica interdisciplinar desenvolvida no Programa de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (UNILAB) e do Programa de Mestrado Associado em Antropologia Universidade Federal do Ceará e da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), e tem por objetivo analisar as intolerâncias raciais e de gênero sofrida por Marielle Franco após seu assassinato em 2018. A pesquisa monitorou Portais de comunicação Jornalística, selecionando reportagens entre os anos de 2018 a 2021, que foram usadas como fontes para a realização desta pesquisa. A partir disso, buscamos centralizar nossa análise com base em categorias apresentadas por Richadson (1999), nas categorias direitos humanos, de minorias raciais e sexuais que Marielle defendia. Os discursos de ódio direcionados a Marielle Franco atingem suas pautas e lutas em defesa dos direitos humanos. O ódio promovido e espalhado contra Marielle Franco indica racismo, homofobia e intolerância.

Palavras-chave: Marielle Franco, Direitos Humanos, Racismo, Gênero.

Introdução

Na noite de 14 de março de 2018, ocorreu o bárbaro assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSol), no Rio de Janeiro e as redes sociais e os portais de notícias foram inundados de insultos e desinformação sobre a ativista de Direitos Humanos. Logo após o anúncio da morte da parlamentar, evidenciou-se uma onda de recrudescimento de posturas conservadoras em manifestações públicas, espaços coletivos, campanhas eleitorais e casas políticas. Defendida por Marielle, a pauta progressista foi colocada sob ataque e posturas reativas às demandas inclusivas, especialmente no tocante à causa LGBT e negra, representadas por ela, tornaram-se ainda mais frequentes.

Dessa forma, o assassinato da vereadora passou a ser alvo de uma campanha intencional de ódio diante da afirmação de que Marielle era a representação mais poderosa para enfrentar as

discriminações e mais consciente do próprio valor. Nesse sentido, os movimentos de favelados, negros, moradores, trabalhadores “contribuíram para que ela fosse uma líder em sua geração, como uma interlocutora política importante”¹. “Marielle era uma mulher negra e bissexual que cresceu em uma favela do Rio de Janeiro. Foi uma das ativistas e políticas mais sinceras de sua geração no Brasil”².

Durante o período eleitoral de 2018, ascendeu no país a chama do fascismo e da intolerância, colocando o Brasil no cenário sombrio no início do século XXI, enquanto Marielle Franco com sua agenda política em defesa dos direitos humanos, em um polo antagônico outras figuras promoveram ataques após seu assassinato.

Material e Método

Com base nas teorias metodológicas qualitativas³, do conceito de categorias⁴, de pesquisa qualitativa crítica⁵, de etnografia⁶, esses procedimentos metodológicos contribuíram para



analisar as categorias de racismo, homofobia e intolerância sofrida por Marielle Franco que culminaram nos resultados finais apresentados nesse trabalho.

Entre os meses de março a agosto de 2021, foi monitorado reportagens publicadas entre março de 2018 e março de 2020. Analisamos oito (08) reportagens relacionadas ao caso Marielle Franco. A partir disso, buscamos centralizar nossa análise nas questões relacionadas aos as minorias raciais, sexuais e as intolerância sofrida pela vereadora. Assim, encontramos uma grande repercussão nos portais jornalísticos as falas da desembargadora Marília Castro Neves, do deputado Daniel da Silveira e do pastor Marcos Feliciano, todos relacionados ao caso Marielle Franco e pautas por ela defendidas, das minorias raciais e sexuais. Assim, selecionamos os dados com base nas categorias⁵, utilizamos a metodologia de cunho qualitativo de base antropológica etnográfica.

Falas racistas, misóginas, homofóbicas e intolerantes contra Marielle foram proferidos por líderes do judiciário, políticos e religiosos, tendo sido notícias recorrentes nos últimos 4 anos em portais jornalísticos de grande alcance, tais como Revista Carta Capital, Brasil de Fato, Aos Fatos, BBC Brasil, G1, Mídia Ninja, O Globo, Extra, entre outros. Com base na coleta do material para ser analisado e nas categorias metodológicas, selecionamos as reportagens que foram publicadas nos oitos portais citados acima. Assim, apresentamos à fala da desembargadora Marília Castro Neves, do deputado Daniel da Silveira e do pastor Marcos Feliciano. As

três figuras apresentam o ódio a Marielle e as pautas políticas representadas por ela.

Resultados e Discussão

Uma das violências sofridas pela vereadora foi noticiada pelo Portal G1, quando a desembargadora Marília Castro Neves, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), escreveu nas redes sociais a seguinte mensagem “A questão é que a tal Marielle não era apenas uma 'lutadora', ela estava engajada com bandidos. Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu 'compromissos' assumidos com seus apoiadores”⁷. A fala da desembargadora tem um significado potente, porque a mesma representa o campo do direito e da justiça. Sendo assim, os direitos humanos incorporados a essas categorias são menosprezadas.

A influência da informação vinculada à desembargadora Marília Castro Neves representa a dissipação da violência contra minorias sociológicas, visto que a postagem foi multiplicada por centenas de outras pessoas.

Ao longo da nossa pesquisa, encontramos muitos casos nos quais a postura da desembargadora em difamar Marielle é impulsionada por políticos de direita e até religiosos. O caso da desembargadora, ao ocupar uma posição de poder, não é uma situação isolada, outras figuras públicas também fizeram o mesmo, como os deputados Alberto Fraga e Daniel Silveira. Durante a campanha eleitoral de 2018, Daniel Silveira quebrou a placa em homenagem a Marielle Franco, na ocasião muitas fotos foram publicadas nas redes sociais com outros candidatos.



O deputado, recentemente preso por ameaçar o STF e as instituições democráticas, é conhecido por seu conservadorismo e por defender o presidente Jair Messias Bolsonaro.

O deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), dias após o assassinato de Marielle, publicou “Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco”⁷. E prosseguiu: “Engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP (alunha de dois traficantes do Rio de Janeiro), usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente seis funcionários, mas quem a matou foi a PM”⁷.

O ódio que tirou a vida de Marielle é o mesmo que vem sendo propagado por setores conservadores da sociedade, sendo impulsionado pelo racismo, machismo, homofobia e intolerância. Uma disputa por poder, político e econômico. A crise política e os ataques aos direitos humanos no Brasil e aos movimentos sociais têm reforçado o quanto o assassinato de Marielle não é um fato isolado. Ele está permeado de sentidos sobre a representação que a mulher preta, homossexual, favelada e defensora dos direitos humanos tem na sociedade. A discriminação e preconceito também assassinaram a vereadora.

A presença de Marielle em um espaço de poder, no legislativo, ocupando um lugar que historicamente não é seu, é marcado por resistência. O rosto da ativista “é político, sendo a máquina de rostidade assim chamada porque trata da produção social de rostos”⁸. Enquanto mulher preta, a vereadora difere da condição da mulher branca. Mulheres negras

lutam “para serem consideradas pessoas. E essa diferença radical fazia toda diferença”⁹.

Enquanto mulher lésbica, preta e favelada, a vereadora enfrenta marcadores de enquadramento e opressão de gênero, raça, classe e sexualidade. O ódio a negros, mulheres, à liberdade sexual e aos direitos humanos é evidenciado nas reportagens dos Jornais analisados. As teias e enquadramentos enfrentadas por Marielle devem ser analisados dentro da interseccionalidade, já que a vereadora é atravessada por diversos marcadores¹⁰. Foi racializada e estruturada a partir de experiências de dominação/opressão em forma de raça, gênero/etnia, classe e sexualidade. Sofreu a estrutura de dominação branca e de mulheres brancas.

A participação de pastores de igrejas pentecostais e neopentecostais na política tem sido constantes no atual governo¹¹. Em 27 de março de 2018, o portal Exame e o jornal Correio Braziliense trazem reportagem sobre fala do pastor Marco Feliciano, à época filiado ao Partido Social Cristão (PSC), de incentivo à execução de militantes políticos da esquerda. Ele teceu comentários contra Marielle Franco.

O pastor é da Assembleia de Deus e representa parte da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, em Brasília. A presença de Feliciano na política, “não se deu apenas por sua iniciativa. Lideranças e devotos proeminentes foram, de fato, à arena pública em busca de favores, direitos e privilégios para si e em prol da difusão da “verdade de Deus” ao mundo”. O pastor representa no campo da política o mundo religioso, seus partidos,



interesses e eleitores evangélicos¹¹. Em entrevista à rádio Jovem Pan, Feliciano associa Marielle a ações criminosas. O pensamento de Feliciano é que Marielle Franco e os militantes de esquerda defendem bandidos. E que os direitos humanos existem para beneficiar bandidos. Esse discurso é fruto de relações sociais marcadas, de forma desmedida, por um projeto político de extermínio e anulação do outro. Ao outro (marca da diferenciação do eu), há que lhe negar todo e qualquer direito, inclusive o direito à vida.

“Os estereótipos associados ao que é ser mulher e as expectativas sobre como devemos nos comportar são facetas do discurso institucional e hegemônico ainda profundamente conservador e reacionário”¹².

Assim, a fala do pastor, altamente conservadora, representa a hegemonia da sociedade brasileira. A onda conservadora no Brasil, não está diretamente relacionada a ser evangélico, mas sim a um campo vasto de conservadores que envolve o pluralismo religioso. “A presença das religiões nos poderes da república são expressões de alguns deslocamentos na estrutura social brasileira. (...) A via eleitoral permitiu acesso às elites políticas de religiosos (...) O Judiciário deve ser também um dos focos centrais”¹³.

Considerações Finais

Já estamos a quatro anos após o assassinato da vereadora e as investigações ainda não enceraram. Suspeitos foram presos, assassinados, nomes envolvendo a alta cúpula política foram citados em um possível envolvimento no crime. Contudo, a

pergunta quem mandou matar Marielle Franco, ainda não tem resposta. Os movimentos sociais dos direitos humanos, movimento negro, favelado, feminista potencializam todos os dias a emergência social dentro do campo da resistência política em busca de garantias de direitos civis, políticos e sociais. Durante esse período manifestações constantes têm feito parte do cenário brasileiro.

As herdeiras de Marielle Franco estão espalhadas pelo Brasil. Mulheres pretas, trans, lésbicas, feministas e ativistas. Elas nos fazem refletir sobre o campo de atuação na política, em defesa dos direitos humanos e das minorias. Marielle tinha uma forte capacidade de mobilização popular “e a presença na mídia social fizeram dela uma defensora altamente eficaz dos direitos de mulheres negras, jovens e LGBTQs. O assassinato político de Marielle Franco fez dela um ícone da resistência democrática e da luta pela justiça social no Brasil”².

Referências

1. Moraes MLQ. Cidadania no feminino. In: História da cidadania. Orgs. Jaime Pinks, Carla Bassanezi. 6 ed. São Paulo: Contexto. 2012; 495-513.
2. Collins PH. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. 1. São Paulo: Boitempo. 2021.
3. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas. 2008.
4. Kerlinger FN. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. 2009.
5. Richardson RJ. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1999.
6. Leitão DK, Gomes LG. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. Rev Antropolítica. 2017; 42:41-65.
7. Portal G1. Mentiras sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução.



2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/13/mentiras-sobre-marielle-franco-continuam-a-se-espalhar-tres-anos-apos-sua-execucao.ghml>>. Acesso em 02 jul 2021.

8. Mota EG. Apontamentos sobre racismo religioso contra religiões matrizes africanas. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu. Anais da Anpocs. São Paulo: Anpocs. 2017; 1-25.

9. Ribeiro D. Feminismo negro para um novo processo civilizatório. Rev Inter Direitos Humanos. 2016; 13(24):99-104.

10. Collins PH. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.

Dossiê Comunicação e desigualdade. Rev Científica Comunicação Social FIAM - FAAM. 2017; 5(1):6-17.

11. Prandi R, Santos RW. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. Contemporânea - Rev Sociologia UFSCar. 2015; 5(2):351.

12. Franco M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o movimento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. IN: Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil. Og. Winnie Bueno, Joanna Burigo, Rosana Pinheiro-Machado, Esther Solano. Ed. Zouk. 2017; 89-95.

13. Almeida R. A onda quebrada- evangélicos e conservadorismo. Cadernos Pagu. 2017.